

Resumo

O “período *almadino*” foi para o Porto um dos mais marcantes pelo que significou na renovação do velho burgo e na configuração da nova cidade. No conjunto das operações urbanas, a Rua de São João e a Calçada dos Clérigos foram duas vias de referência, em parte análogas e em parte distintas. Respectivamente, formam com outras vias o “grande eixo norte/sul” (Nonell 2002) e o novo eixo nascente/poente. Uma e outra têm particulares relações com as antigas defesas da cidade: a “cerca velha” e a muralha gótica. Pela composição e desenho de fachadas, a Junta de Obras Públicas (JOP) procurou conciliar duas realidades antagónicas: a morfologia urbana medieval, compacta, densa e fechada – inscrita nas linhas de defesa – e a nova ideia iluminista de cidade, regular, aberta, mas também (algo) subjugadora. O tempo acabou por evidenciar nestas duas ruas contemporâneas, pensadas e executadas com base nos mesmos princípios, edificações e composições únicas. ●

Abstract

For Oporto, the ‘*Almadino* period’ was one of the most remarkable periods for the renovation of the old town and the configuration of the new city. In all urban planning, Rua de São João and Calçada dos Clérigos served as two reference routes, partly analogous and partly different. With other routes, they form the great north/south axis (Nonell, 2002) and the new east/west axis respectively. Both routes have a special relationship with the old city defences: the ‘Old Fence’ and the ‘Gothic Wall’. Through the composition and design of façades, the Junta de Obras Públicas (JOP) sought to reconcile two antagonistic realities: the urban medieval morphology, which was compact, dense and closed – inscribed on the lines of defence; and the new Enlightenment idea of a city: regular, open, but also somewhat subjugating. Over time, unique buildings and compositions have emerged in these two contemporary streets, designed and executed on the basis of the same principles. ●

palavras-chave

PERÍODO *ALMADINO*
MORFOLOGIA URBANA
IDENTIDADE
ESTRUTURAS DE DEFESA

keywords

ALMADINO PERIOD
URBAN MORPHOLOGY
IDENTITY
DEFENCE STRUCTURES

Arbitragem Científica Peer Review

Francisco Barata Fernandes

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Mário Barroca

Faculdade Letras da Universidade do Porto

Data de Submissão
Date of Submission

Set. 2017

Data de Aceitação
Date of Approval

Jan. 2018

A RELAÇÃO DE DUAS NOVAS RUAS COM DUAS ANTIGAS DEFESAS (DO PORTO)

FILIPE DE SALIS AMARAL

Investigador independente,

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Enquadramento

Com o terramoto de 1755, inaugura-se um cenário de reconstrução premente. Sebastião José de Carvalho e Melo, pessoa viajada e ilustrada, estava bem ciente de que a criação, renovação e expansão das cidades era um dos meios eficazes para assegurar e manter o domínio régio. Soube, pois, aproveitar o cataclismo para consolidar o poder central e a supremacia da metrópole através de importantes obras públicas. Com isto, nas últimas décadas de Setecentos, “o país foi tomado por uma espécie de frenesim da construção” (Gomes 2004, 132).

Tirando partido de uma circunstância política delicada, o futuro Marquês de Pombal envia para o Porto o seu primo, João de Almada e Melo, como Governador das Armas e das Justiças. Chegado a 15 de Março de 1757, o novo administrador desde logo se apercebeu do estado lamentável do velho burgo e da necessidade urgente de o renovar (Carvalho, Guimarães e Barroca 1996, 41).

Para perceber melhor as causas que levaram à caótica situação da cidade bastará indicar alguns números. Ao longo do século XVIII verificou-se um expressivo crescimento demográfico. Conforme consta nos dados do “geographo” D. Luís Caetano de Lima, em 1732 residiam na cidade 30 024 “almas”; poucos anos depois, em 1787, contabilizavam-se já 61 462 habitantes (Jorge 1899, 112-115). Este aumento populacional vem do crescimento económico e do aumento da riqueza, factores que aconteceram no Porto a partir da segunda metade do século XVII. De facto, verificou-se uma efectiva expansão da agricultura e uma intensificação do comércio internacional¹.

¹ O movimento da barra do Douro, entre 1657 e 1698, registou um aumento de 704% (cf. Jorge 1899, 112-115; Real e Tavares 1987, 404).

Neste contexto é fácil perceber que, do ponto de vista urbano, a cidade da primeira metade do século XVIII, espartilhada pela cintura gótica, como que colapsou². Ao mesmo tempo começavam a pulular pelos seus arrabaldes diversas construções, para além daquelas outras, cada vez mais numerosas, marginais às antigas vias de acesso. Quis o destino que a João de Almada se juntasse uma outra figura de necessária menção, o cônsul britânico John Whitehead, para alguns um estrangeiro algo excêntrico (Costigan 1787, I: 289), para outros pessoa genial (Teixeira 1999, 295). Os dois, com ajuda de um considerável e bem qualificado número de técnicos, desenvolveram um trabalho insigne de onde resultou o primeiro plano geral da cidade do Porto³.

O plano geral *almadino*

A concepção geral do plano aproveitava convenientemente um suporte intramuros – a topografia e as construções há muito estabilizadas –, bem como o sistema viário radial convergente para o antigo núcleo amuralhado. Esta ideia foi-se executando através de “planos parcelares” que “prefiguram um planeamento por partes coerentes e significantes [...], num processo que aponta para uma ideia de cidade, vista e entendida como constituída por fragmentos coerentes e interligados.” (Nonell 2002, 169).

Os estudos de Bernardo Ferrão, Luís Berrance e de outros especialistas do “período *almadino*” identificam quatro fases de execução do plano⁴. A primeira correspondia às primeiras operações feitas fora de muros. Resumia-se ao Bairro do Laranjal e tinha como eixo principal a Rua do Almada (Ferrão 1989, 206). A segunda correspondia à ligação da antiga zona portuária à nova cidade que se abria a norte, e centrava-se nos trabalhos dentro de muros. Incluía o arranjo da Praça da Ribeira, a abertura da Rua de São João, a Praça de São Domingos (Ferrão 1989, 207-208). A terceira fase dizia respeito à execução dos novos eixos que viriam a constituir o programa *radioconcêntrico*⁵, de que se destacam a Rua de Santo Ildefonso, para nascente, a Rua de Santa Catarina, para norte, e a Rua de Cedofeita, para noroeste (Ferrão 1989, 210-211). A quarta e última fase de urbanização foi a que encerrou “o conjunto de acções que presidiu a uma ideia global e unitária da cidade, estabelecendo relações necessárias entre a cidade nova e a cidade velha” (Berrance 1993, 23). Equivalente à sedimentação da terceira fase, teve como eixos principais a Rua dos Clérigos e Rua de Santo António, e traduziu-se no desenvolvimento das ramificações que irradiavam dos eixos principais, na consolidação dos bairros entre esses eixos, e na demolição da muralha gótica e consequente desafogo da cidade (Berrance 1993, 23). Poderemos dizer que em 1813 estas quatro fases das operações urbanas levadas a cabo pela JOP foram ilustradas naquela que é considerada por muitos (por exemplo, Andrade 1943, 7; ou Nonell 1991, 334) como a primeira planta conhecida da cidade do Porto, a chamada “Planta Redonda” (fig. 1).

² Esta cintura, comumente conhecida por muralha fernandina, também se designa por “cerca nova” ou muralha gótica.

³ Há não muito tempo havia dúvidas sobre a existência ou não desse plano de conjunto, mas hoje sabemos que tal projeto terá existido (Ferrão 1989, 204-205). Apesar de até à data não se ter uma imagem completa do traçado idealizado pela JOP, diversos registos escritos e gráficos apontam 1763 como o ano em que provavelmente estaria já definida a ideia global de refundação da cidade e, senão todas, uma boa parte das diversas intervenções a fazer (cf. Ferrão 1989, 214; Nonell 2002, 167-170).

⁴ A expressão “período *almadino*”, ou “época dos Almadás”, é aqui empregue por ser correntemente usada pelos peritos. Contudo, como diz Nonell (2002, 15), aquela é uma época complexa, “um mundo em mutação”, que quando analisado reclama prudência. Havendo continuidade entre as políticas e práticas urbanas desenvolvidas por João de Almada e Melo e por seu filho Francisco Almada e Mendonça, também se encontram discontinuidades, começando, por exemplo, pelo cargo de presidente da JOP, que o filho nunca ocupou. Talvez a expressão “período *almadino*”, e mais ainda “época dos Almadás”, deva ser revista.

⁵ É costume considerar a planimetria da cidade do Porto como *radioconcêntrica*. Contudo, há quem defenda que seja *ortogonal* (cf., por exemplo, Martins 2009, 5). Da nossa parte pensamos que conjugava os dois modelos: aproveitava as vias regionais radiais que convergiam e penetravam na cidade e tentava implementar uma malha ortogonal na nova zona a norte, fora de muros, seguindo a generalidade dos planos iluministas.

Sintetizando as ideias subjacentes ao plano – e confiando no beneplácito do leitor por esta simplificação –, diríamos que a composição base e fundamental passava pela criação, ou consolidação, de dois eixos estruturantes – um vertical, norte/sul, e outro horizontal, nascente/poente –, nos quais se iam inserindo as diversas operações urbanas, ora dentro, ora fora de muros.

O eixo vertical, insere-se nas três primeiras fases das intervenções urbanas (Ferrão 1989, 206-211). Dividia a cidade em duas partes sensivelmente iguais e compunha-se fundamentalmente de três vias, uma manuelina, a Rua das Flores, aberta em 1521, e outras duas coetâneas, construídas por João de Almada: a Rua do Almada, fora de muros, e a Rua de São João, dentro da cerca gótica (fig. 2)⁶. Esta última, apresenta “notáveis estudos de fachadas” (Berrance 1993, 21), um “interessante [e muito completo] ordenamento de alçados” (Ferrão 1989, 209), constituindo-se assim como uma “via nova e sistematizada” (Mandroux-França 1985, 14).

O eixo horizontal foi executado na última década de Setecentos e inscreve-se na quarta fase das operações *almadinas*. Aproveitando duas antigas vias de aproximação à cidade – a leste, a Rua de Santo Ildefonso, estrada para Valongo/Penafiel, e a noroeste, a Rua de Cedofeita (Rua de Oliveira Monteiro), para Barcelos e Vila

⁶ Estas três principais vias ligavam diversos espaços públicos de referência na cidade, tendo sido também estes objecto de particulares cuidados por parte da Junta. Deste modo, o “grande eixo norte/sul” compunha-se (idealmente) de sucessivos elementos urbanos de excelência: Praça da Ribeira, Rua de São João – e cruzamento desta com a Rua Nova (actual Rua do Infante D. Henrique) –, Largo de São Domingos, Rua das Flores, Rua D. Maria II – pensada em 1790 e estudada em 1840 (seria a actual Rua Trindade Coelho) –, Largo de Santo Elói, Porta do Almada, Praça Nova (a nascente do eixo), Rua do Almada, Praça de Santo Ovídio.

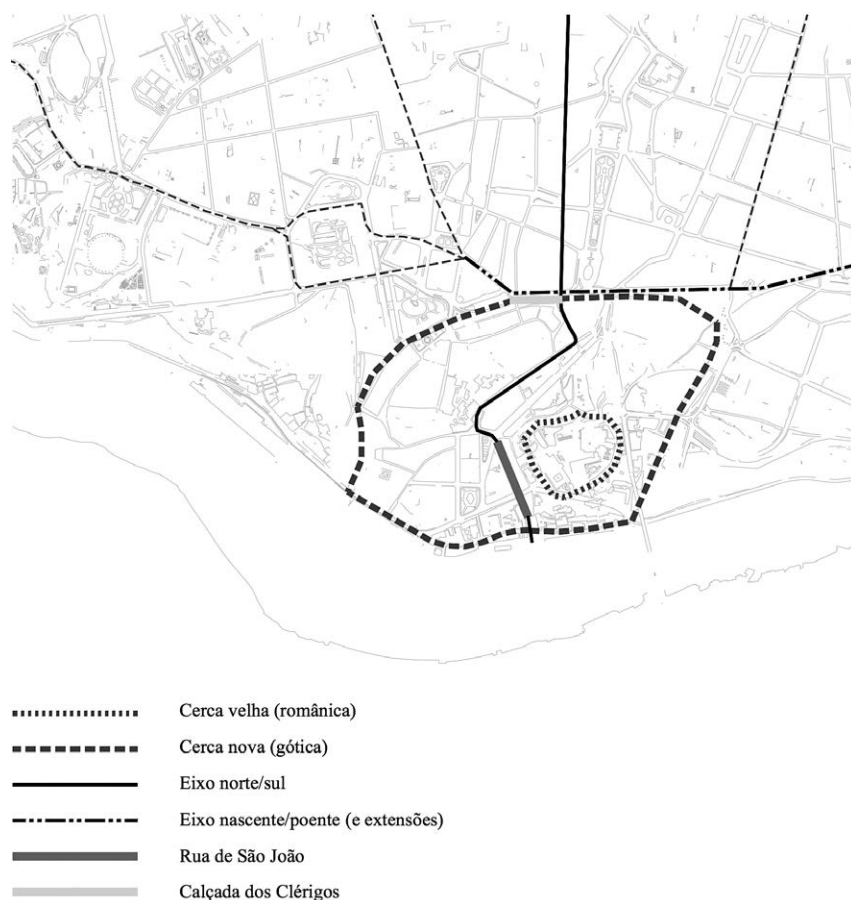


Fig. 2 – Planta geral esquemática da cidade do Porto: indicação das muralhas, eixos e ruas em análise. Desenho de Filipe de Salis Amaral.

⁷ O eixo nascente/poente não resultava dos mesmos pressupostos do eixo norte/sul. Este entrava dentro da cidade amuralhada reunindo antigos espaços e vias, enquanto aquele se constituía praticamente como um novo elemento estruturante ao longo, e para além, da cerca gótica. Tinha como centro a recente Praça Nova, à cota intermédia, de onde partiam as duas novas vias *almadinas*: a rua de Santo António, para nascente, fazendo a ligação à igreja de Santo Ildefonso e terreiro da Batalha, e a Calçada de Cedofeita, para poente, fazendo a ligação à igreja dos Clérigos e ao rossio do Olival.

⁸ A Calçada dos Clérigos também se chamou Calçada da Natividade e é a actual Rua dos Clérigos. Sem dúvida que haverá outras ruas dignas de uma análise semelhante, não se podendo deixar de destacar – tendo em conta o contexto – a Rua de Santo António, actual Rua 31 de Janeiro. No entanto, considerando os dados existentes e as limitações editoriais, vamo-nos restringir ao estudo das duas vias mencionadas.

⁹ Seguindo a metodologia usada por Berrance (1993, 69), e fazendo-lhe algum acerto, designámos por *prumada de vãos* o conjunto de vãos alinhados verticalmente, por *alçado* a frente de rua directamente relacionada com o lote de terreno, correspondendo geralmente a uma habitação, por *fachada* o conjunto de um ou mais *alçados*, composto de modo a formar uma unidade formal – rematada lateralmente por pilastras e coroada por cornija ou frontão –, e por *composição de fachadas* a disposição ou ordenamento de *fachadas* procurando simular um único edifício de carácter monumental.

do Conde –, a novidade foi a abertura da Rua de Santo António e da Calçada dos Clérigos (fig. 2)⁷.

Deste plano geral, e mais concretamente a respeito da sua estrutura base, teremos ainda de acrescentar duas notas importantes: o seu epicentro acontecia na Praça Nova e no Largo de Santo Elói, espaços urbanos nucleares onde se cruzavam e articulavam os dois eixos – norte/sul e nascente/poente –, e o facto da particular relação que estes tinham com os limites amuralhados do Porto. E é sobre este último aspecto que nos vamos centrar.

Enunciado do binómio eixos *almadinos* / defesas urbanas

O estudo do plano geral e a análise mais atenta dos seus eixos estruturantes mostra uma particularidade comum: o “grande eixo norte/sul”, na Rua de São João, é de algum modo tangencial à cerca velha ou cerca românica, e o grande eixo nascente/poente, na Calçada dos Clérigos⁸ – e Rua de Santo António – é tangencial à muralha nova ou cerca gótica. A partir desta constatação podem-se colocar algumas questões. Anotamos duas alusivas à arquitectura e urbanismo. Aqueles dois perímetros defensivos, erguidos em épocas distintas, terão determinado as ruas *almadinas*? A presença, ou ausência, das muralhas, afectou a arquitectura daquelas vias? Partindo do exame das ruas, e sem a preocupação de responder exhaustivamente às questões levantadas, procuraremos fazer uma aproximação à relação destes elementos.

O suporte das intervenções, topografia local e preexistências – entre elas as muralhas ou seus vestígios –, promoveu situações urbanas excepcionais, habilmente aproveitadas pelos engenheiros e arquitectos *almadinos*. Ao contrário do que acontece com as frentes da Baixa Pombalina em Lisboa, “a grande maioria dos alçados urbanos portuenses apresentam uma riqueza e originalidade que aqueles parecem desconhecer” (Ferrão 1989, 221); falamos das deslocações volumétricas de alçados, com tênues ou manifestos avanços e recuos de frentes, de alinhamentos ou ressaltos de cêrceas, da organização tipológica, com alternâncias de número de *prumadas de vãos*⁹, do desenho diferenciado de *fachadas*, de transições volumétricas complexas ou de remates urbanos (Ferrão 1989, 222). Mais adiante voltaremos a estas particularidades.

Ora tanto a Rua de São João como a Calçada dos Clérigos, para além de exporem a “riqueza e originalidade” mencionadas, explicam mais qualquer coisa que não se mostra nem imediata, nem evidente: a presença de uma fronteira, a marcação de duas realidades, de duas épocas, a medieval e a contemporânea (fig. 2). Vamos, pois, começar por expor as características dos planos *almadinos*, para depois enunciar os eixos – ruas –, e poder concluir, com essa informação, a análise das duas realidades ali presentes.

Características dos planos *almadinos*

Os técnicos da JOP procuravam pensar as novas ruas concebendo para cada uma delas planos unitários. A sua elaboração tinha por base um novo conceito de planeamento, três princípios de composição e uma nova gramática formal.

O novo conceito assenta na ideia de *regularidade* e traduzia-se no tratamento das frentes como se de uma única realidade se tratasse, de modo que a rua, como um todo, se impusesse às partes, ou seja, às diversas casas. A regulamentação das frentes fez assim com que a fachada da casa corrente fosse assumida, do ponto de vista formal, “como ornamento da cidade e não tanto como ornamento da casa” (Berrance 1993, 33).

Como se pode perceber, esta deliberação de projeto seria relativamente acessível se se tratasse de um plano para uma nova via fora de muros, sem especiais restrições para além das topográficas e de alguma edificação já existente. Contudo, dentro do perímetro amuralhado, o caso era bem distinto.

No que respeita aos três princípios de composição temos os alinhamentos ou ressaltos de *cérceas*, a localização ordenada de sacadas e a definição do número de *prumadas de vãos por fachada*. Nos planos dos principais eixos, além destes três princípios, também se confirmam mais duas importantes pretensões da Junta: as simetrias, na *composição de fachadas* e na *composição das ruas* – o denominado “efeito de espelho” –, e pontualmente nos planos mais apurados, avanços e recuos das frentes, salientando as hierarquias.

Fig. 3 – Harewood House (Leeds, Yorkshire)
John Carr, 1759. © Charles Drakew 2008



A nova linguagem estilística, o palladianismo inglês, presente fundamentalmente nos edifícios civis, manifesta-se na regularidade clássica conseguida por uma composição formal austera, rectilínea e simples, onde a simetria determina o conjunto (fig. 3). Como explica Bernardo Ferrão, na *organização das fachadas*, o modelo utilizado é uma criação derivada de Palladio, com uma estrutura compositiva “constituída por um bloco central porticado e dependências secundárias nas extremidades, interligadas por colunatas ou sistemas semelhantes” (Ferrão 1989, 226). Deste modo, as frentes constituem-se geralmente por cinco ou três corpos. O conjunto está assente sobre embasamento e o remate superior recorre ao entablamento clássico, com cornija – sobre a qual pode repousar uma platibanda, balaustrada ou ático –, ou, nas principais fachadas, com frontão.

Para além destes componentes clássicos, utiliza-se mais um elemento importante, o mezanino, localizando-se entre o piso da entrada e o piso nobre, mas podendo também surgir no embasamento ou sobre o piso nobre. A decoração é diminuta e concretiza-se em áticos balaustrados ou com festões, em estátuas e urnas, pontuais, em algumas grinaldas.

A Rua de São João e a Calçada dos Clérigos

Avançando agora para a análise das ruas e para as suas especificidades *almadinas*, teremos de considerar os documentos originais e o que hoje existe. Sobre a Rua de São João pouco sabemos, pois até à data o plano original é dado como desaparecido (Alves 1988-1990, I: 211; Nonell 2002, 168). Podemos retirar algumas ilações com base em documentos parciais, especialmente do *Livro de Plantas de Casas e do Livro do Cofre*, do Arquivo Histórico Municipal do Porto, e da colecção de desenhos de José Champalimaud de Nussane, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas a pesquisa deverá recair sobretudo no que existe localmente, tendo em conta as diversas adulterações e omissões. Já o caso da Calçada dos Clérigos é distinto. Até nós chegaram dois planos sucessivos de Teodoro de Sousa Maldonado, um parcial, de 1792, e outro da totalidade da frente sul, de 1793. Estudaremos este, por ser mais completo.

A Rua de São João foi pensada como sendo uma das principais, senão mesmo a principal rua da regência de João de Almada. O existente e os registos gráficos e escritos são suficientes para perceber tratar-se de um elemento urbano de representação, a primeira via a que se tinha acesso depois de se passar pela “formosa” Praça da Ribeira, cuja “simplicidade gramatical” e perfeição das proporções evocam a arte do Quattrocento” (Mandrourx-França 1985, 14).

Os aspectos a destacar resumem-se à repetição de tipologias de *fachadas*, à simetria na composição das frentes, e composição da rua, à localização das sacadas,



Fig. 4 a | Frente nascente da Rua de São João (2014): levantamento

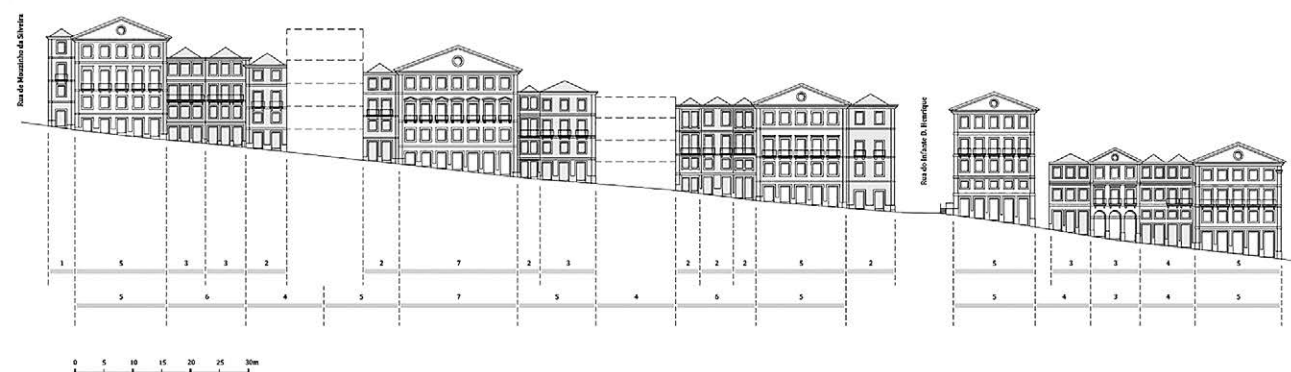


Fig. 4 b | Frente nascente da Rua de São João (1986): interpretação crítica dos alunos da FAUP; possível composição de fachadas; frentes avançadas e recuadas

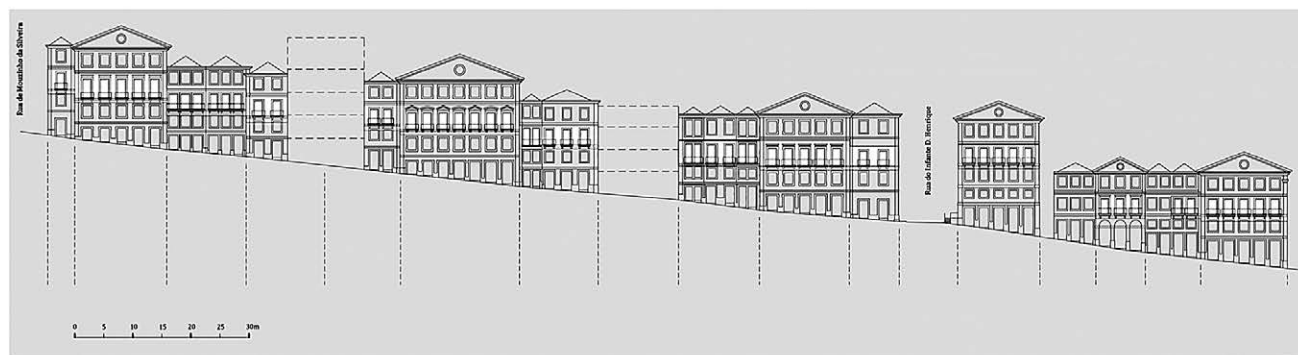


Fig. 4 c | Frente nascente da Rua de São João (1986): interpretação crítica dos alunos da FAUP; localização das sacadas

¹⁰ O corpo central das composições palladianas é, no geral, o de maiores dimensões. Neste caso acontece o contrário.

aos tipos de vãos, aos elementos arquitectónicos de remate e à nova linguagem estilística (Berrance 1993, 20-21).

A repetição de tipologias de *fachadas*, a simetria na composição das frentes e composição da rua, os elementos arquitectónicos de remate, os tipos de vãos, a localização das sacadas e a nova linguagem estilística são os pontos a sintetizar e a examinar.

As frentes da rua sugerem uma estrutura compositiva definida pela repetição de tipologias de *fachadas* com 7, 6, 5 e 4 *prumadas de vãos* no tramo norte, e 5, 4 e 3 *prumadas de vãos* no tramo sul (fig. 4). Os corpos principais, ao centro e nos extremos, são rematados com frontão, têm 7 e 5 *prumadas de vãos* e estão avançados relativamente aos restantes. A sul, tal como acontece a norte, construções pontuais debilitam a total coerência do conjunto. Contudo, parece evidente a presença de 3 corpos principais, avançados, rematados com frontão, mas agora com uma organização peculiar: nos extremos, as frentes têm 5 *prumadas de vãos* e *cérceas* próximas às das suas congêneres a norte; no centro surge inesperadamente uma *fachada* com apenas 3 pisos e 3 *prumadas de vãos*¹⁰.

Da análise dos vãos destacam-se dois aspectos: as sacadas e as molduras arquitectónicas ou cantarias. Os dois não estão dissociados pois as cantarias mais ricas, com cimalhas de sobreverga e frontões, bem como ombreiras de duas espessuras, são sempre as das janelas de sacada. Contudo, nem todas têm esse trabalho de pedra, pois só os vãos das *fachadas* avançadas, coroadas com frontão, apresentam uma fenestração deste tipo. Esta avaliação geral tem, a sul, uma excepção: uma das janelas de um dos corpos de ligação sustém, inesperadamente, um frontão rectilíneo.

O estudo da rua, com base no existente e nos trabalhos ainda preliminares realizados até à data, torna difícil a leitura das pilastras, mas frontões e cornijas são bem evidentes. Os frontões rematam a totalidade das *fachadas* avançadas e o seu desenho e proporções são similares nas diversas frentes. As cornijas, actualmente bastante danificadas, deveriam corresponder a uma *fachada*. No tramo norte verificam-se as interrupções pelos ressaltos das *cérceas* e no tramo sul são corridas.

A localização das sacadas segue regras precisas mas distintas em cada tramo. A norte, cada vão do terceiro piso tem a sua sacada, ou seja, são elementos pontuais regulares. A sul, a localização das sacadas acompanha a lógica dos remates superiores, ou seja, surgindo no segundo ou terceiro piso, seguem de nível sem considerar a inclinação da rua. Outro aspecto distinto do tramo sul é o facto de nem todos os vãos daquele nível serem de sacada, significando uma intermitência peculiar destes elementos.

A nova linguagem estilística – palladianismo – está patente nos diversos aspectos apontados, na regularidade e unidade resultantes da repetição de tipologias, nos ressaltos ou alinhamentos de *cérceas*, na localização das sacadas, nas simetrias.

Independentemente da composição original e do que foi executado, ou do que chegou até nós, as alterações deixam clara a tentativa de compatibilizar as frentes dos lotes, de métrica medieval, com o desenho conjunto de *fachadas*. Na fig. 5, por exemplo, referente ao corpo central nascente do tramo norte, pode-se ver como o

Fig. 4 – Rua de São João (levantamento e interpretação crítica dos alunos da FAUP): frente nascente com indicação das frentes avançadas e recuadas (em cima), e frente poente (em baixo).



Fig. 5 – Rua de São João: alçados vs fachadas.
Fotografia de Filipe de Salis Amaral.



Fig. 6 – Rua de São João: alçados vs fachadas.
Fotografia de Carlos Rebelo.

passar do tempo fez despoletar alterações, neste caso de revestimento, deixando perceber que uma (aparente) *fachada* preconizada pela JOP incluía três (autênticas) fachadas de casas. Outro exemplo, porventura mais expressivo, da disparidade entre o plano *almadino* e as parcelas existentes situa-se também do lado nascente, mas no tramo sul (cf. fig. 6). Estas situações extremas, algo “bipolares”, onde dois modelos distintos de cidade e de arquitectura se cruzam, surgem em boa parte dos antigos limites urbanos. Estes não se restringem às muralhas, mas incluem um conjunto construído. Vejamos como aconteceu.

Construída sobre o rio da Vila, a Rua de São João vinha colmatar um hiato há muito existente dentro do velho burgo. O problema remontava à época da primeira estrutura defensiva românica, que passava mais acima, aproveitando a topografia, as penhas e os rochedos do lugar. Paredes meias com a cerca e morro, num sítio onde os desníveis atingem os trinta metros, as casas apinhavam-se (Carvalho, Guimarães e Barroca 1996, 120).

Entre as construções e a muralha havia associação: o paredão servia de apoio, não necessariamente físico, às habitações¹¹; estas, por seu turno, bem encostadas entre si, consolidavam a barreira e reforçavam a definição de uma morfologia urbana de carácter medieval (Carvalho, Guimarães e Barroca 1996, 163).

Fora de muros, nesta vertente ocidental do morro da Pena Ventosa, ligando a zona baixa ribeirinha à zona alta (Porta de Sant’Ana), desenvolvia-se a Rua dos Mercadores. Constituída por um edificado compacto, o fundo dos quintais das suas casas, do lado poente, davam para o rio da Vila.

Na Idade Média as ribeiras localizadas nas proximidades de aglomerados urbanos eram locais propícios para o estabelecimento da actividade dos curtumes. Ao longo

¹¹ Conforme assinalam alguns documentos, do lado nascente da Rua dos Mercadores haveria uma serventia nas traseiras das casas. Cf. AHMP, Livro 9 de Prazos (18 Maio 1680), A-PUB/6099, fl. 344; Leal (1873-1890) 1990, 6: 83.

¹² AHMP, Livro de Plantas (LP), D-CDT/A5-8.

dessas linhas de água eram instalados os tanques onde se tratavam as peles (os pelames). O processo levantava problemas higiénicos graves, escoando os detritos para as hortas e dispersando maus cheiros e doenças (Nonell 2002, 171). Ao longo de séculos o rio da Vila foi palco desta indústria. Com a construção da muralha gótica e a consequente expansão urbana, aquele vale, segregado por todos, passou a ser um vazio urbano.

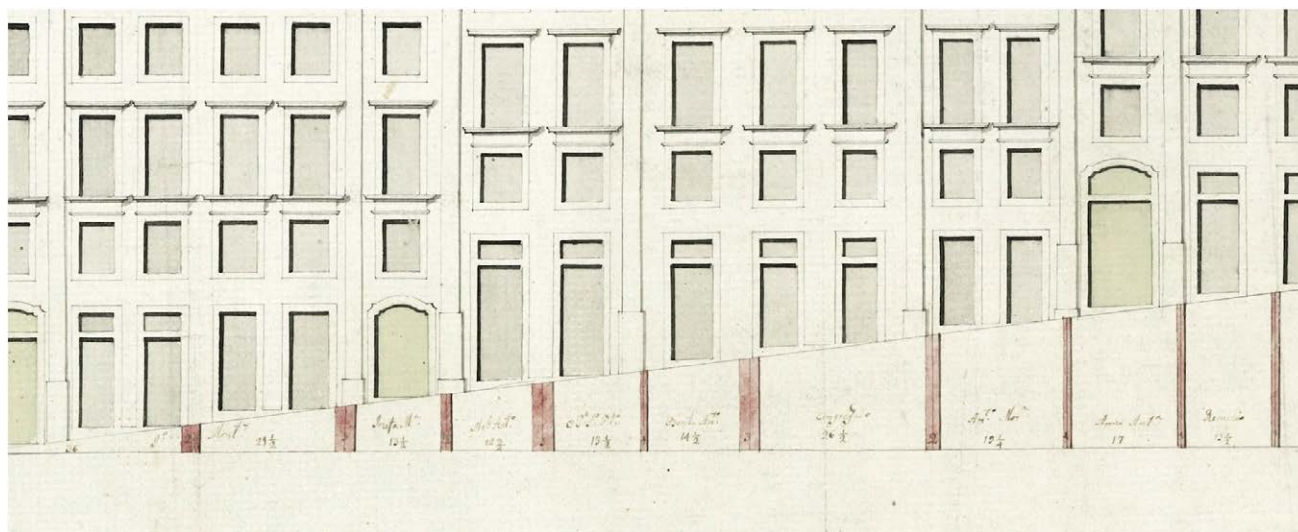
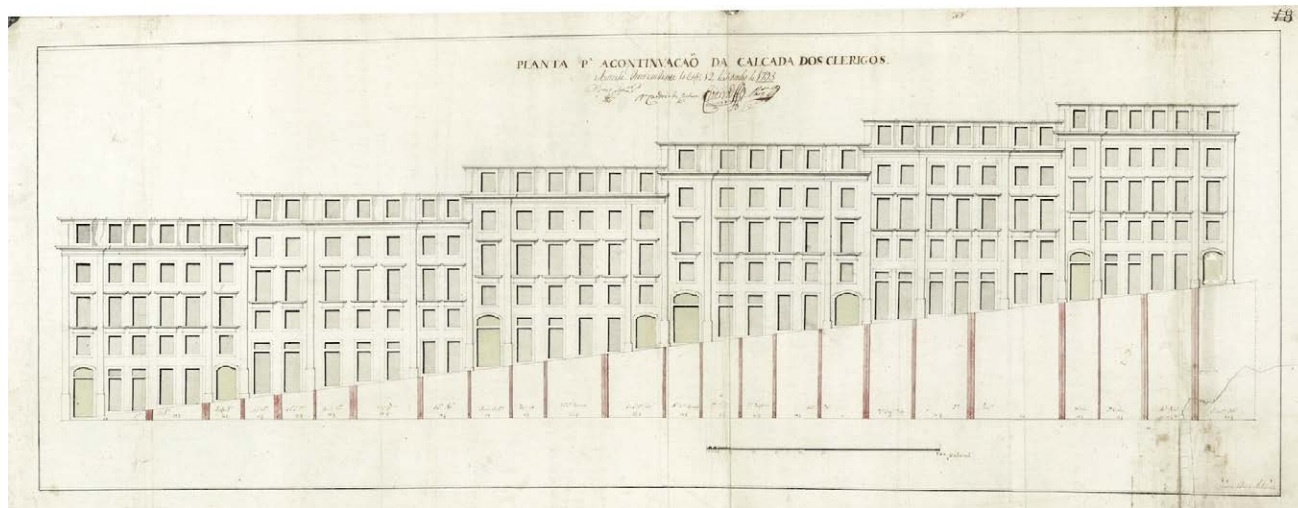
É sobre este vazio que se executaram as novas concepções urbanas, a “modernidade” referida por Magalhães Bastos (1942, 185-186) ou Pinto Ferreira (1974, 90-91), ajustando-a às existências medievais. Contudo, se durante o governo *almadino* a composição de fachadas pensada pela JOP permaneceu incólume, ao longo do século XIX foi-se decompondo até assentar num conjunto híbrido onde se mesclam diversas épocas.

A Rua dos Mercadores e a Rua de São João são pois idênticas no que respeita à função e no que respeita ao edificado. Apesar de o fazerem de um modo distinto, as duas ligam a zona baixa à zona alta da cidade. No âmbito da morfologia urbana, a proximidade da cerca românica afectou as duas, pois sendo um dos elementos determinantes do edificado da rua medieval também o é da rua *almadina*, apesar desta o dissimular formalmente.

Passando para a Calçada dos Clérigos temos por base de estudo o desenho elaborado por Teodoro de Sousa Maldonado em 1793, a *Planta para a continuação da Calçada dos Clérigos* (fig. 7)¹². Representa a frente sul da rua e é um bom exemplo de plano da quarta fase de urbanização. Compõe-se de seis *fachadas* – de 6, 7, 6, 6, 7 e 6 *prumadas de vãos* –, definidas superiormente por cornija corrida e lateralmente por pilastras. Contudo, este remate lateral tem uma interessante variante, muito particular e pouco comum: o fecho não recorre às tradicionais pilastras mas constitui-se por uma ou duas *prumadas de vãos* marcadas por pilastras.

Outras características muito próprias nos conjuntos desta fase, e que podemos apreciar neste desenho, são: os quatro pisos mais um quinto, como acréscimo, a modo de ático; o emprego de mezanino; as sacadas sempre no terceiro piso, com frontões rectilíneos; o constante ressalto de cêrceas; diversos pormenores, como seja a marcação de vãos de entrada em arco e a ligação dos vãos do mezanino à sacada.

Um dos aspectos mais interessantes deste desenho aproxima-se do que vimos acima, na Rua de São João, com a diferença de agora se apresentar num registo gráfico da época. Referimo-nos à compatibilização das frentes dos lotes com o desenho das *fachadas* e seu conjunto. Na imagem, por baixo da linha de corte da rua, podem-se ver umas linhas verticais a sépia, de diferentes espessuras, que fazem a marcação das parcelas de terreno (fig. 8). Com este dado é possível contabilizar vinte e cinco *alçados* em seis *fachadas*: treze com apenas uma *prumada de vãos*, onze com duas *prumadas* e um com três *prumadas*. A presença, pouco comum, de tantos *alçados* com uma *prumada* prende-se com o facto de este conjunto se relacionar directamente com uma frente da cidade antiga, junto à cerca gótica, onde as parcelas de terreno são compridas e estreitas.



As propostas de Maldonado para os Clérigos vêm no seguimento do aviso régio que aprovava a demolição de um considerável troço da muralha, compreendido entre a Porta dos Carros, nas proximidades da Igreja dos Oratorianos (Congregados) e a Igreja dos Clérigos¹³. Pouco tempo antes, em 1787, o presidente da Junta pedira a Lisboa a autorização para “apear” a muralha (Alves 1988-1990, 1: 251-252); a pretensão era facilitar as relações entre o velho burgo e a nova cidade. Naquela zona em concreto, a Junta desejava resolver o problema da iminente ruína do paredão¹⁴, fazer o alinhamento da nova calçada e abrir uma ligação entre os Clérigos e a Rua de Trás¹⁵.

Entre 1787 e 1788 faz-se, pois, o primeiro derrube de parte da muralha, deixando uma frente de ligação da cidade antiga com a nova. Tornou-se assim possível a implantação da nova calçada conforme o plano, com o avanço dos terrenos até ao novo alinhamento. Apesar do parcelamento medieval que vinha das casas da Rua de

Fig. 7— Planta para a continuação da Calçada dos Clérigos, 1793. AHMP, LP, D-CDT/A5-8.

Fig. 8 — Plano para a continuação da Calçada dos Clérigos, 1793. AHMP, LP, D-CDT/A5-8 (pormenor).

¹³ O troço da muralha a demolir teria cerca de 400m; a frente da Calçada dos Clérigos perfazia sensivelmente ¼ dessa medida.

¹⁴ Curiosamente, em 1529, entre a Porta do Olival e a Porta de Santo Elói, ou seja, em parte substancial da zona que agora estamos a tratar, ruíram

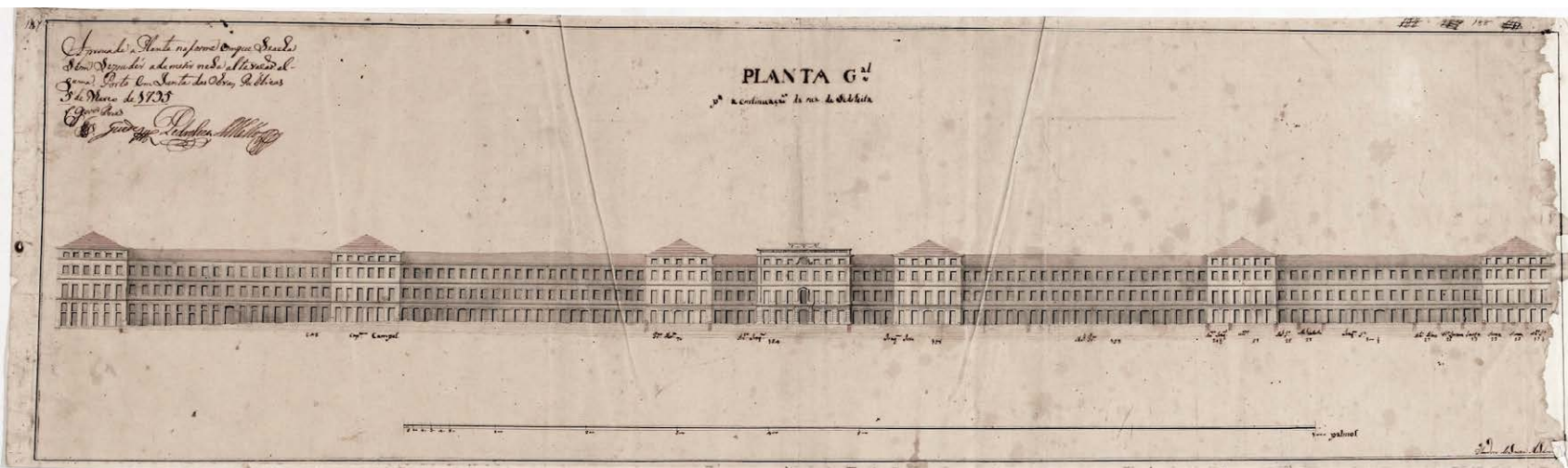


Fig. 9 – Teodoro de Sousa Maldonado, *Planta Geral Rua nova dos Lavadouros*, 1794. AHMP, LP, D-CDT/A3-87.

cerca de 360 braças de muralha (Coutinho 1962: 447). Entre 1607 e 1624 esta parte da muralha foi reedificada; volvidos apenas 160 anos, já estaria em perigo de nova ruína.

¹⁵ Esta ligação, que logo se fez, é a actual Rua Arquitecto Nicolau Nasoni.

¹⁶ AHMP, LP, D-CDT/A3-87.

¹⁷ AHMP, LP, D-CDT/A3-134.

¹⁸ Nesta peça gráfica podem-se observar os ressaltos de cêrceas e alguns elementos de remate das fachadas. No primeiro caso temos a inserção do mezanino na ala esquerda do conjunto de fachadas, de modo a vencer a inclinação da rua mantendo os alinhamentos. No segundo caso vemos a presença de um ático nos corpos principais.

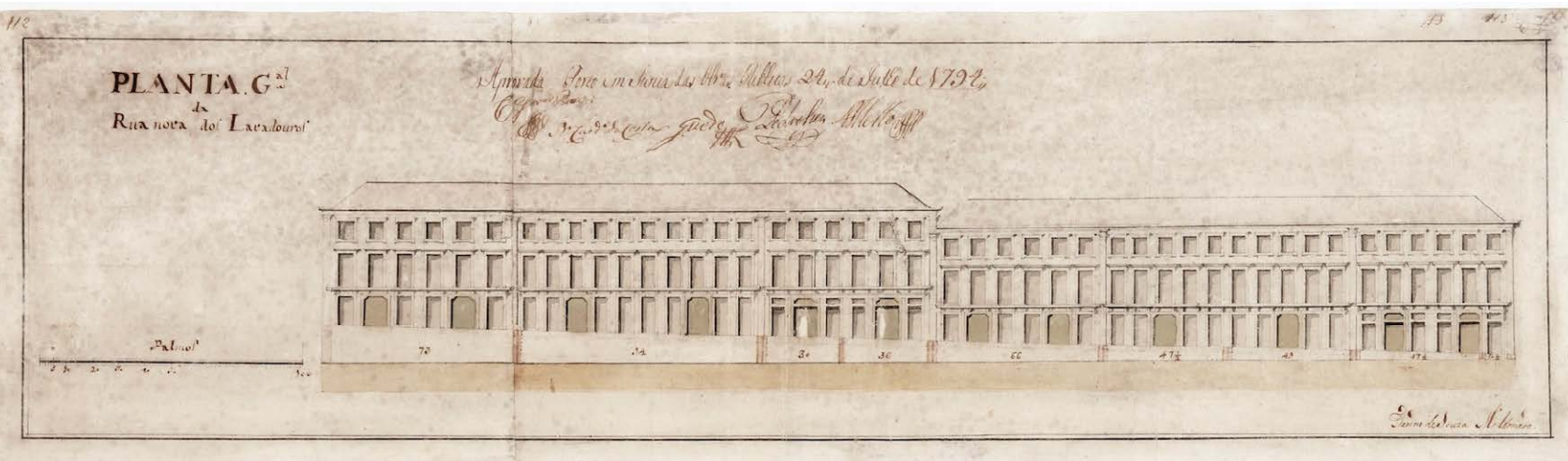
Trás, os *alçados* a edificar para os Clérigos deveriam apresentar a “modernidade” dos planos das fases anteriores (Alves, 1: 251-254). Daí resulta um desenho de *fachadas* que está longe de denunciar as vinte e cinco parcelas ali existentes.

Maldonado tem o cuidado de anotar os nomes dos proprietários, a largura das frentes e a largura dos muros de meação em palmos (fig. 8). Estes apontamentos podem ser encontrados noutros projectos seus. Um ano depois, na Rua dos Lavadouros, vê-se a marcação dos terrenos mas sem a indicação dos proprietários (fig. 9)¹⁶. De 1795 é a *Planta geral para a continuação da Rua de Cedofeita*, onde se podem ver também os proprietários (fig. 10)¹⁷. Neste último caso, como se tratam de terrenos fora de muros, a marcação das meações são significativamente mais espaçadas e menos expressivas¹⁸.

Regressando ao plano da calçada, é curioso verificar que não há um total alinhamento dos muros de meação com as marcações verticais das *fachadas*. Temos, pois, um exemplo onde se percebe a primazia do desenho das frentes sobre os limites da propriedade. O engenho do projectista consegue uma métrica regular, uma modelação sem grandes variações de cheios e vazios, ou seja, entre a largura do vão e a largura do espaço entre vãos. O resultado final não é fruto de casualidades mas de estudos qualificados.

Feita a auscultação a estas importantes vias *almadinhas*, consideramos que a particularidade mais marcante é o referido conflito entre duas realidades opostas: uma morfologia urbana medieval, estabelecida, bem presente nas dimensões dos lotes, nas frentes das casas, nas características dos arruamentos – neste caso, Rua dos Mercadores e Rua de Trás – e uma nova cidade regular, aberta e eficiente, simbolizada – ou encenada – respectivamente pela frente nascente da Rua de São João e a frente sul da Calçada dos Clérigos.

Vimos que a identidade das duas vias suscita estranheza pois implantam-se em zonas urbanas distintas, uma no centro da cidade e outra no seu limite. Se à partida podemos justificar esta afinidade por serem ruas da mesma época, onde se aplica



a mesma ideia base de *regularidade* e os mesmos princípios de composição, verificamos também que há algo mais a dizer sobre o plano destas ruas e a sua inserção na cidade, referente à sua relação com os limites defensivos.

Na Rua de São João a ligação com a muralha românica não é imediata mas intermediada pela Rua dos Mercadores. Na Calçada dos Clérigos a relação com muralha gótica é directa. Apesar deste perímetro defensivo ser posterior ao outro, as especificidades urbanas mantêm-se, decorrendo nestes dois locais um mesmo fenómeno urbano *almadino*. Planos semelhantes, para duas vias estruturantes, implantadas em áreas da cidade contíguas a duas linhas de protecção distantes no tempo, mas morfologicamente próximas: na zona ocidental do burgo primitivo, junto à cerca velha, e na zona setentrional da cidade moderna, onde passava a cerca nova. ●

Fig. 10 – Teodoro de S. Maldonado, *Planta geral para a continuação da R. de Cedofeita*, 1795; pode-se ver um ático no corpo principal, inserção de mezanino para manter alinhamentos no piso térreo (esquerda), indicação dos terrenos e proprietários. AHMP, LP, D-CDT/A3-134.

Bibliografia

- Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988-1990. *O Porto na época dos almadados*. Arquitectura. Obras públicas. Porto: Edição de Autor.
- Basto, Artur de Magalhães. 1942. *Sumário de Antiguidades da mui nobre cidade do Porto*. Porto: Editora – Livraria Progredior.
- Berrance, Luís Eduardo. 1993. *Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadadas: 1774-1844*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.
- Carvalho, Teresa, Carlos Guimarães, e Mário Jorge Barroca. 1996. *Bairro da Sé do Porto; Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal do Porto – CRUARB/CH.
- Coutinho, Bernardo Xavier. 1962. "Arquitectura militar e religiosa". In *História da cidade do Porto*, dir. Damião Peres e António Cruz. Porto: Portucalense Editora.

- Ferrão, Bernardo José. 1989. 2.^a ed. *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*. Porto: FAUP Publicações.
- Gomes, Paulo Varela. 2004. "Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina". *Monumentos* 21: 132-141. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- Jorge, Ricardo. 1899. *Demographia e hygiene da cidade do Porto*. Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto.
- Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. (1873-1890) 1990. *Portugal Antigo e Moderno: diccionário geographico, estatistico, chorographico, heráldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de tôdas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Cota d'Armas.
- Mandroux-França, Marie-Thérèse. 1985. *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Martins, Carlos Moura. 2009. *Transformações da forma urbana da cidade do Porto, 1761-1806*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Nonell, Anni Günther. 1991. "Arquitectos e Engenheiros na época de D. João V. O aqueduto das Águas Livres". *Separata Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. 2. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.
- Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763-1850: a construção da cidade entre Despotismo e Liberalismo*. Porto: FAUP Publicações.
- Ferreira, J. A. Ferreira. 1974. "Textos laudatórios do século XVIII, a João de Almada e Mello, inspirados na grandiosa obra por ele realizada, na cidade do Porto". *Bracara Augusta* 28 (65-66): 77-78.
- Real, Manuel Luís, e Rui Tavares. 1987. "Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto". *Separata Povos e Culturas* 2. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- Teixeira, Manuel, e Margarida Valla. 1999. *O urbanismo português: séc. XIII-XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte.